



ATA Nº 021/2021

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto de 2021, às 14h, realizou-se mais uma assembleia geral virtual da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), os trabalhos foram coordenados pelo presidente Paulo Kohlrausch. Participaram os prefeitos, e/ou seus representantes, dos municípios de Santa Clara do Sul, Colinas, Arroio do Meio, Lajeado, Encantado, Estrela, Doutor Ricardo, Poço das Antas, Progresso, Itapuca, Putinga, Teutônia, Boqueirão do Leão (vice-prefeito), Marques de Souza, Sério, Capitão, Travesseiro, Fazenda Vilanova, Taquari e Coqueiro Baixo. Também acompanhou a assembleia o assessor jurídico da Amvat. O presidente abriu a assembleia saudando a todos e disse que o objetivo é discutir pautas de interesse dos municípios, como a privatização da Corsan, o novo Marco do Saneamento Básico e a proposta de inclusão dos índices de Educação no cálculo do ICMS dos municípios, apresentada pelo Governo do Estado. Segundo ele, é importante que a Amvat tenha um posicionamento em relação à privatização da Corsan. No entanto, o primeiro projeto, encaminhado pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa, sofreu modificações. O presidente da AL apresentou uma nova proposta para a regionalização do saneamento básico, com algumas premissas novas, com maior autonomia aos municípios. O projeto divide, por exemplo, em função dos que têm contrato com a Corsan e os que não têm contrato, usando também as bacias hidrográficas. Vai regionalizar de acordo com as bacias, ficando 50% do poder decisório aos municípios, 30% ao Estado e as bacias ficam com 20%. De acordo com o presidente, a ideia da prestação de serviços regionalizada é de acordo com a necessidade de cada município. Disse que, em nível de Amvat, o que se pode fazer é definir uma posição regional e depois cada um, individualmente, que tem acesso a deputados, a partir das deliberações da assembleia, fazer contato e solicitar apoio. Feita esta explanação inicial o presidente colocou a palavra à disposição dos demais participantes, caso quisessem se manifestar a respeito. O prefeito Danilo Bruxel, de Arroio do Meio, externou preocupação, pois na sua gestão anterior também se falava em privatização da Corsan, e a preocupação era com as sociedades de água, ou seja, no momento em que tiver uma empresa administrando o sistema, elas seriam encampadas.” Agora, de novo, existe esta insegurança. Isto não está claro, se continua como está ou esta nova empresa vai administrar tudo. Hoje nossas sociedades funcionam bem, o custo é menor para os usuários, bem aquém do que a Corsan cobra”, afirmou Bruxel. “A questão do abastecimento de água é tranquilo porque é rentável. O problema vai se dar no esgotamento sanitário”, observou o presidente, acrescentando que da última semana até o momento muita coisa mudou, Já o prefeito André Brito, de Taquari, comentou que a situação é bastante confusa, é controversa. Segundo ele, neste primeiro momento o que o governo quer é a adesão dos municípios que tem a Corsan. “A grande questão é o Marco Regulatório do Saneamento, que exige que até 2033 os municípios tenham 90 % de cobertura do saneamento básico, disse. De acordo com o



prefeito, a preocupação é que o grande patrimônio da Corsan são os contratos com os municípios, mas querem dar somente 6% das ações por uma coisa que, segundo ele, já é dos municípios. “Como vai ficar o percentual dos municípios?”, indagou André Brito, questionando também como ficará a situação daqueles que não são abastecidos pela estatal. Disse que seu município também faz parte da Granpal, e o sentimento é de que os grandes municípios querem “se livrar” dos pequenos, pois terão contratos mais vantajosos. Quanto à nova proposta disse que o governo ficou de dar uma resposta e que é difícil resolver a situação em regime de urgência, como solicitado aos projetos encaminhados à Assembleia Legislativa. “Devemos pedir mais uns 60 dias para estudar o projeto”, defendeu. Para André Brito, é fundamental, neste momento, buscar uma assessoria técnica. “Precisamos saber quanto vai custar a tarifa. O saneamento vai onerar o usuário, mas em quanto? E qual será a parcela dos municípios, 6% é irrisório. Existe a ideia do governo de privatizar a Corsan, só que precisamos ter o respaldo necessário para dizer para a população o que vai acontecer”, afirmou. Segundo ele, uma Assessoria Técnica está atuando na Granpal, e a Amvat também deveria ter, pois os grandes municípios, em tese, já avançaram. Isidoro Fornari, que representou o município de Lajeado, explicou que a cidade está com mais de dois sistemas: tem a Corsan, município e comunidades de água e particulares. “Quando assinamos contrato renovação, a Corsan tem o direito de explorar todas as águas, inclusive sociedades e particulares. Temos experiências aqui, como a questão esgoto. Tarifa de esgoto é 70% do valor da tarifa de água, sobre o consumo. A Corsan hoje vende os contratos, se não tiver contrato não vai a lugar nenhum. Os municípios grandes terão interesse em empresas para explorar esgoto, os pequenos não. É bem complicado, e se não fizermos em conjunto, os pequenos vão ficar com a água, mas esgoto não vão ter. É assim que está posto. E se deixarmos só na mão da Corsan, não sai nada”, comentou. Citou que Lajeado teve problemas sérios com relação ao esgoto, executado pela Corsan, que não entrou em operação por falhas na execução do projeto. Para ele, se não houver outra forma, os municípios de maior porte vão se resolver e os pequenos vão ficar como estão. O presidente Paulo Kohlrausch informou, então, que está saindo em férias e solicitou aos prefeitos André Brito e Danilo Bruxel, que fazem parte da diretoria, que dêem sequência ao assunto, inclusive a contratação de assessoria técnica, se for o caso. O prefeito André Brito voltou a defender a necessidade de uma assessoria, que considera fundamental para saber o que vai impactar na cidade de cada um, como fazer para que sejam impactadas positivamente e que não seja uma tarifa elevadíssima, e os que têm Corsan, que tenham sua parte legitimamente reconhecida. “Estamos aguardando posicionamento do Governo do Estado sobre este novo projeto da Assembleia Legislativa. Acreditamos que seja retirada a urgência do projeto, que é a luta de todos, para que todos saiam beneficiados com este processo todo”, finalizou. Por fim, o presidente disse acreditar



que o Governo vai retirar sua proposta e manter o novo projeto do Presidente da Assembleia Legislativa. Assim, e não havendo mais manifestações, o presidente encerrou os trabalhos e, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

Paulo Cezar Kohlrausch
Presidente da AMVAT